

# A Amazônia na Internet: Dados, redes e ativismos

## 1. Informações básicas sobre o Workshop

- **Título:** “A Amazônia na Internet: Dados, redes e ativismos”
- **Tema do Workshop:** Internet, Sociedade e Cidadania.
- **Formato:** Mesa redonda.
- **Proponente:** Alan Gomes Freitas, Coletivo Proteja, Terceiro Setor.
- **Palestrantes:**

Mayra Wapichana; Assessoria de Comunicação da Deputada Federal Joenia Wapichana; Setor Governamental. Jornalista, indígena do povo Wapichana (RR), formada pelo Curso de Comunicação - Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atuou na assessoria de comunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), nos anos de 2005 a 2008 e 2013 a 2018. Apresentou o Programa A Voz dos Povos Indígenas na emissora FM Monte Roraima.

Jéssica Botelho; JB Comunicação, Setor Empresarial. Jornalista independente e pesquisadora. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ e coordena o Atlas da Notícia e o Mapa do Jornalismo Local na região Norte. Trabalhou com pautas socioambientais no projeto de monitoramento de dados Achados e Pedidos, pela agência Fiquem Sabendo,

Lorena Lucas Regattieri; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Comunidade científica e tecnológica. Doutora em Comunicação e Cultura (ECO-PÓS), pesquisa inteligência artificial e propaganda computacional. Estrategista digital com mais de 12 anos de experiência, com foco em estratégias para o engajamento cívico em justiça climática, democracia e promoção de direitos LGBTQIs.

Marcos Wesley; Tapajós de Fato; Terceiro Setor. Comunicador Popular, formado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda e pós-graduando em Gênero e Sexualidade. Integrante da equipe do Tapajós de Fato, é militante do Movimento Tapajós Vivo, membro do Coletivo de Comunicação do

MAM Amazônia e já atuou como assessor de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém.

**- Moderador:**

Alan Gomes; Coletivo Proteja, Terceiro Setor. Trabalha com movimentos sociais desde 2008, iniciando sua atuação no campo da cultura. Mestre em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Desde 2016 coordena o Centro Popular do Audiovisual, no âmbito da formação popular, trabalhando cursos livres, oficinas e formações em geral. Desde 2017 atua no campo da Segurança da Informação, responsável por implementar esta agenda junto às instituições atendidas pelo Coletivo Proteja Amazônia.

**- Relator:**

Hemanuel Veras; Faculdade Martha Falcão/Wyden; Comunidade Científica e Tecnológica. Jornalista e doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador das relações entre Governança da Internet, Inclusão Digital e Amazônia. Vive em Manaus, Amazonas. Membro do Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura do Centro Popular do Audiovisual (NepCiber/CPA) e da Rede de Pesquisa em Governança da Internet (REDE).

## 2. Estruturação do Workshop

**- Objetivos:**

Entre agosto de 2020 e julho de 2021, a Amazônia perdeu 10.476 km<sup>2</sup> de floresta, no maior ritmo de desmatamento dos últimos 10 anos, segundo o Imazon, e registrou em 2021 mais de 41 mil focos de incêndio, segundo o Inpe.

Em reação ao avanço de atividades criminosas combinadas com descaso de autoridades, jornalistas, pesquisadores, povos tradicionais e organizações do terceiro setor ocuparam o ecossistema da Internet com dados, denúncias e relatos, criando redes e estratégias de comunicação em combate ao discurso de ódio e à desinformação, que invisibilizam a devastação da maior floresta tropical do mundo e naturalizam os ataques às populações que vivem nela.

A Amazônia Legal engloba 9 estados brasileiros, dos quais 7 compõem a região Norte. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, do IBGE, 76% dos domicílios na região têm acesso à internet, ficando abaixo da média nacional que é de 82% de residências com algum tipo de conexão. O

cenário se repete no contexto rural, com o percentual mais baixo entre todas as regiões do País.

Apesar dos problemas significativos de conexão na região, é a Internet que tem possibilitado a presença de populações amazônicas no debate público e a articulação de redes para produção de dados diante de “apagões” causados pelo desmonte de políticas públicas socioambientais. Ou seja, o uso da rede é essencial para amplificar vozes, alcançar apoio político e/ou pressionar as autoridades competentes.

O Workshop teve como principais objetivos a promoção da conexão de atores, iniciativas e redes digitais sobre/na Amazônia, a divulgação de estratégias e projetos de combate à desinformação e ao discurso de ódio, a articulação de estratégias de produção e divulgação de dados sobre questões socioambientais da Amazônia e o fortalecimento da liberdade de expressão de povos originários e da agenda sustentável nas discussões de Governança da Internet.

### **Resultados propostos:**

O workshop buscou como resultados a promoção da conexão de atores da Governança da Internet com as pautas de redes amazônicas existentes e que utilizam a própria rede como valioso recurso de atuação. Outro resultado proposto foi a divulgação de iniciativas de combate à desinformação e discurso de ódio na região e a conscientização da importância da defesa dos Direitos Humanos na Internet.

### **Resultados alcançados:**

O workshop alcançou os resultados propostos ao criar um debate a respeito das iniciativas e grupos de proteção das populações amazônicas e das regiões em que vivem, na perspectiva dos diferentes setores. Por ser um assunto ainda pouco debatido e emergente nos espaços dedicados à Governança da Internet, muitos dos atores que já atuam nesses espaços desconhecem as pautas e problemáticas da região amazônica e de suas populações. Nesse cenário, o workshop conseguiu apresentar um panorama de atores da região, suas estratégias de uso da rede para combater discurso de ódio e desinformação e a importância da internet na promoção dos Direitos Humanos das populações amazônicas.

Ressalta-se também que esse workshop foi o primeiro a ser aprovado num Fórum da Internet no Brasil debatendo um assunto específico de uma região brasileira, focando nos estados da Região Norte que compõem a Amazônia Brasileira. Como primeira iniciativa, ao longo do debate surgiram outras temáticas específicas da região ligadas à Governança da Internet que podem se desdobrar em futuros

eventos ou atividades, como a representatividade indígena na rede e as relações entre a concentração da mídia tradicional e a forma como a internet está se consolidando no ecossistema de comunicação.

#### **- Justificativa em relação à governança da Internet:**

O workshop foi ao encontro de alguns dos Princípios para Governança e uso da Internet no Brasil. Ao promover um debate sobre a forma como a rede é utilizada para constituir iniciativas de comunicação na Amazônia que promovem a defesa dos direitos humanos e o combate a crimes ambientais na região, a mesa redonda alinhou-se ao princípio da Liberdade de expressão, privacidade e direitos humanos. O princípio é importante também para nortear as diferentes percepções dos participantes sobre a disseminação de discursos de ódio e desinformação nas plataformas digitais.

Outro ponto que foi debatido pelos participantes diz respeito ao pouco acesso à internet em grande parte da região amazônica. Longe das grandes cidades, a rede tem acesso pontual e muitas comunidades amazônicas só conseguem acessar através de projetos ou parcerias. O debate sobre acessibilidade na região e como isso impacta na produção de informações sobre essas localidades se relaciona com o Princípio da Universalidade da rede, que indica esse acesso como fundamental para o desenvolvimento social e humano, o que em grande parte da Amazônia não acontece.

Por fim, os temas trabalhados no workshop têm relação com o Princípio da Diversidade, uma vez que o discurso de ódio contra populações amazônicas ou mesmo dos modos de viver de uma região brasileira continental são diferentes de outras regiões. Durante o debate ouvimos como os participantes avaliam a forma com que o ecossistema da internet brasileira, e por extensão a mídia que ocupa espaços nesse ecossistema, acolhe e dá visibilidade para as pautas, narrativas e emergências vindas da Amazônia.

#### **- Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop:**

Os 5 minutos iniciais foram destinados à apresentação dos participantes, do tema e da contextualização das discussões pretendidas, por parte do moderador do painel. Em seguida, foi realizado o primeiro bloco, no qual cada palestrante teve 5 minutos para responder a primeira pergunta norteadora que foi “Como vocês têm trabalhado, ou interagido, com as diversas redes de organizações e agentes na região e qual o papel da internet nessa articulação?”, totalizando 20 minutos de falas. Na ocasião, o moderador e os palestrantes decidiram deixar as perguntas para o final, de modo a manter a sinergia do debate. Então foi realizado o segundo bloco, com as respostas

de cada palestrante para a segunda pergunta norteadora que foi “O Brasil está vivendo um apagão de dados sobre a região amazônica. Quais são os desafios para a produção desses dados e como torná-los mais acessíveis?”, totalizando mais 20 minutos. Nos 20 minutos seguintes os palestrantes responderam a perguntas da audiência virtual, via chat do You Tube, e para a audiência presencial que perguntou ao microfone. Por fim, foram reservados 5 minutos para cada um dos participantes fazerem suas considerações finais sobre os temas debatidos e indicarem temas que podem se desdobrar em novos debates, totalizando 20 minutos. O moderador encerrou o workshop com uma fala de 5 minutos de consideração final sobre o panorama do debate, agradecendo aos participantes e à audiência.

### 3. Síntese dos debates

<b>Tipo de Manifestação (posicionamento ou proposta)</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Consenso ou Dissenso</b>	<b>Pontos a aprofundar</b>
<p>O debate sobre acesso à internet e à informação na Amazônia precisa ser feito levando em conta as dificuldades logísticas e de infraestrutura, mas com articulação entre os setores é possível promover o acesso à rede.</p>	<p>Mayra explica que ao fazer o debate sobre o acesso à internet e às informações na região amazônica é preciso trazer a realidade da dificuldade do acesso e da locomoção, mas que o acesso à internet é um direito e que com vontade política a internet aos poucos vai chegando mesmo aos locais mais longínquos.</p>	<p>Marcos Wesley disse que como juventude amazônica o coletivo sabe que apesar do discurso empresarial do futuro da internet, o acesso a ela ainda não existe em muitos territórios hoje.</p>	

<p>É necessário ampliar o debate do uso da internet na região amazônica como instrumento de luta na garantia de outros direitos, como acesso a saúde, educação e território.</p>	<p>Para Mayra o acesso à internet é uma conquista dos povos indígenas e é necessário incluir mais jovens e mulheres indígenas no debate sobre acesso à rede, para construção de políticas públicas que promovam esse acesso a populações vulneráveis.</p>	<p>Lori fala sobre o uso de tecnologias, do agronegócio por exemplo, que diminuem a soberania das populações locais na Amazônia e que é importante discutir a infraestrutura pública, acesso a dados e informações e regulação da internet na região.</p>	<p>Como promover a ampliação desse debate para organizações e movimentos ainda distantes do debate sobre Governança da Internet?</p>
<p>A internet é uma poderosa ferramenta para defesa dos Direitos Humanos a partir da produção de conteúdo e a distribuição destes, mas a rede também é utilizada para o envio de ameaças e de intimidação.</p>	<p>Marcos Wesley explica que a Tapajó de Fato surgiu na internet a partir do lançamento de um site e de perfis em plataformas de redes sociais, mas que é a partir da internet que a iniciativa sofre tentativas de ameaças e de intimidação.</p>	<p>Lori considera que a internet proporciona a possibilidade de conectar ativistas com influenciadores e tornar visível experiências vividas por pessoas dos territórios, como o engajamento em defesa da Amazônia que cobra posicionamento dos Governos envolvidos, mas também chama atenção para o uso dos dados de monitoramento geoespacial sobre esses territórios, que precisam ser protegidos do extrativismo de dados.</p> <p>Mayra fala sobre a importância da Internet para criação de espaços de comunicação de</p>	<p>Como as plataformas digitais resolvem hoje os casos do uso de suas redes para intimidar e ameaçar ativistas digitais no Brasil e, em especial, na Amazônia?</p>

		<p>redes indígenas, mas lamenta os ataques a esses espaços virtuais, que não oferecem segurança de fato, permitindo que as pessoas realizem ataques de ódio, manifestando racismo e discriminação. Ela reitera que plataformas como o Twitter são importantes para divulgação, mas que é um espaço de ataques que a plataforma não combate.</p>	
<p>Há um gravíssimo problema hoje no Brasil em relação ao monitoramento de dados sobre desmatamento e uso da terra.</p>	<p>Para Lori, com o atual Governo Federal, o Brasil está passando por um apagão de dados sobre a região amazônica.</p>	<p>Jéssica fala sobre a produção de dados a partir da Lei de Acesso à Informação, mas que está sendo dificultada por conta da falta de transparência do atual Governo Federal em dados socioambientais.</p> <p>Allan sintetiza que os diferentes setores se complementam e atuam conjuntamente na região amazônica para resistir a um discurso da Amazônia como um espaço intocado que é estimulado pela desinformação sobre a região com o apagão de dados</p>	

		<p>promovido pelo Governo Federal e demais esferas resistentes a promover a transparência de dados.</p>	
<p>A região norte corresponde a uma grande extensão territorial brasileira, mas os poucos veículos de comunicação e de jornalismo na região demonstram a dificuldade de produzir dados localmente e de divulgar esses dados para um público maior, o que seria possível com mais acesso à internet.</p>	<p>Jéssica ressalta como a região norte (que congrega 7 estados que fazem parte da Amazônia Legal) tem o menor número de veículos de comunicação entre todas as regiões do Brasil, mas que a maior parte dos veículos na região atuam na internet, a despeito do pouco acesso na região.</p>	<p>Marcos Wesley diz que o Tapajós de Fato surgiu por conta de não existir um veículo na região que produzisse notícias sobre as violações de direitos humanos.</p> <p>Mayra fala sobre a Rede de Comunicadores Wayuri, os Jovens Comunicadores da Coaib e a Rede de Comunicadores Wakywai, em Roraima, que produzem matérias sobre os territórios, uma vez que há dificuldades em produzir informações nesse lugares e distribuir na própria região. Essas redes surgem pela falta de ausência da visibilidade nos veículos de comunicação.</p>	<p>Quais as relações existentes entre os desertos de notícia na região e a baixa conectividade desses territórios???</p>

Após as exposições de cada participante do workshop, foram realizadas as seguintes



questões pelo público presente ou online:

**Pergunta 1, de Denise Martins, online – Gostaria de saber qual o papel das rádios, inclusive das comunitárias, no combate à desinformação na região.**

Marcos Wesley - “Nós no Tapajós de Fato, por conta da falta de conexão em alguns territórios da região, passamos a buscar estratégias. Nós temos duas linhas de atuação: uma para fora do território, para noticiar o que está acontecendo, mas também temos nos preocupado muito em como comunicar com os territórios, de onde colhemos as informações. Vou usar um exemplo muito específico. Um professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), junto com pesquisadores de outras universidades públicas do Brasil fizeram um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas e o extrativismo. O resultado foi que se as mudanças climáticas continuarem avançando como estão, nós vamos ficar sem açaí, sem andiroba e copaíba até 2035. Nas atividades em que vamos a campo, é comum os moradores locais se queixarem que o pé de açaí está muito seco, de que o pé de andiroba não está rendendo óleo como antes. E eles não sabem o real motivo disso, mas percebem essas mudanças no dia-a-dia. Temos nos preocupado com isso, em saber como dialogar com esses públicos. Uma das nossas estratégias, ambas acontecem via Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, via Conselho Indígena, via Federação Quilombola, é enviar textos impressos para que sejam lidos quando essas entidades se reunirem nas comunidades para que eles sejam lidos ou distribuídos. Ou enviamos esse material, nós temos hoje seis podcasts no Tapajós de Fato, mandando um pen drive e uma caixinha de som portátil, para que o podcast seja exibido durante essas reuniões. As rádios comunitárias têm um papel histórico de atuação com os movimentos sociais, mas as maiores na minha região não estão indo por esse caminho. A gente tem conseguido alcançar rádios comunitárias menores e destruído esses podcasts por lá também, para combater processos de desinformação. Como faltam esses acessos pela internet, esses são os meios que temos conseguido para passar essas informações para essas pessoas”.

**Pergunta 2, de Thiane Neves, online – Como acessar a tese da Lori e pergunta para Jéssica que “Anteriormente o jornalismo investigativo da Amazônia era feito em blogs, como é atualmente a questão do jornalismo investigativo na região?”**

Jéssica Botelho - “No Atlas os blogs continuam tendo uma importância significativa, são blogs normalmente de jornalistas de longa carreira que deixaram redação para se dedicar a seus blogs pessoais. Pelo que levantamos no Atlas não existe muito jornalismo investigativo e isso se deve muito a questão de financiamento. Os veículos pequenos de jornalismo local não tem dinheiro para pagar aos jornalistas o que eles devem receber para desenvolverem uma investigação mais profunda. O

que acontece é que isso geralmente é feito por veículos jornalísticos maiores, de outras regiões do Brasil, que têm dinheiro, estrutura e repórteres. Há uma questão também de segurança. Jornalismo é uma profissão perigosa, de violência física. Quando você investiga e denuncia o poder público da cidade onde você mora, você corre mais riscos de violência física do que um repórter que vem de São Paulo, por exemplo, faz a matéria dele e vai embora. Isso é uma questão de relação com a comunidade, com a população da cidade onde você vive. Essa questão de financiamento impacta diretamente na questão do jornalismo investigativo no contexto local. Então infelizmente não temos muito. Nós temos algumas iniciativas como a Amazônia Real, que é o grande case de sucesso de jornalismo investigativo na região, mas ao tirar essa iniciativa e o Tapajós de Fato, não podemos citar muitos outros.”

Lori Regattieri - “Acho interessante complementar aqui com a ideia de ecossistema de propaganda participativa, que se conecta com isso que a Jéssica falou sobre a importância do jornalismo e da informação. Então um commodity é um ativo que é valorizado. Eu já estou começando a trabalhar a ideia de que vamos deixar de trabalhar com o problema da desinformação para encarar o problema da informação, que é a concentração que não existe apenas nas plataformas que nós temos hoje, mas também uma concentração que é um legado da nossa mídia tradicional que é sudestina com concentração de poder e pulverizada nas demais regiões do país com as concentrações de poder locais. Quando falamos dessa questão relacionada com o que a literatura internacional já trabalha a muito tempo, da propaganda e da informação sendo utilizadas como ferramentas de manipulação, podemos encarar como uma mitigação o fortalecimento do jornalismo local. Porque assim você está observando a fúducia das relações que compõem aquele ecossistema em que as pessoas trocam informações. Quando você tem, por exemplo, no twitter a situação, de políticos, jornalistas e pautas que acabam desinformando. Depois que nós vamos ver o impacto dessa desinformação no território, o que dificulta o trabalho dos jornalistas. Dentro do projeto do Mozilla estou trabalhando um hackeamento desse modelo algorítmico e estou propondo colocar a tese nesse Portal que vai ser o Ecomídia, que vai reunir experiências de desvirtuamento do viés algorítmico com visibilidade de informações de qualidade para o debate socioambiental. Em breve teremos esse portal que vai apoiar, amplificar e promover visibilidade da diversidade de debates, Ali estará a tese.”

**Pergunta 3, Bia Michele, pesquisadora da PUC-RS – Eu saí do Pará faz 10 anos e o último movimento que eu participei lá foi o Xingu+23, que tinha como objetivo denunciar as consequências do projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Houve todo um movimento para que todos entendessem o que estava acontecendo com todas aquelas populações. Em seguida eu fui para São Paulo e percebi que, com exceção de alguns grupos, havia um distanciamento gigante com a região e com as pautas do que estava acontecendo ali. Chegar em São Paulo, que era o centro das coisas e ver as pessoas não tratando**

**daquilo. Então a minha pergunta é se 10 anos depois essa ainda é uma realidade, esse distanciamento das outras regiões com as questões da Amazônia?**

Marcos Wesley - “Bia, eu já participei de um evento, em 2019, para discutir Amazônia com 50 pessoas em que só duas pessoas eram da Amazônia. E coincidentemente foi no mesmo período em que o céu de São Paulo ficou escuro e aí os olhos do Brasil voltaram para a Amazônia, em especial para as queimadas. Então, 10 anos depois de todo esse processo, isso continua acontecendo. Belo Monte foi construída durante um governo de esquerda no estado do Pará. É uma luta que acontece muitas vezes sozinha, o nortista pelo norte, o paraense pelo Pará, o amazonense pelo Amazonas, etc. É uma relação que continua dessa mesma forma.”

**Pergunta 4, Marcos César, programa Youth e pesquisador do IP.Rec – Primeiramente quero parabenizar o painel, ouvi todos e todas, é um tema essencial e quero destacar que ao longo do FIB tivemos alguns painéis sobre Inclusão Digital e na Antropologia nós temos uma visão muito relativista cultural, de vermos que diversas culturas têm seus valores e cosmovisões. E muitas vezes quando você está nesses painéis de inclusão digital é abordada uma visão universalista de inclusão digital e letramento. Então minha pergunta é direcionada a isso: como podemos trazer diferentes cosmovisões para pensar uma internet diferente, que muitas vezes é pautada por valores do Norte Global.**

(Os painelistas não conseguiram responder a essa pergunta por conta do tempo do painel)

**Pergunta 5, Kate (Não identificou o seu sobrenome) do Youth e aluna de Engenharia de Controle e Computação pela UFRJ - Quero parabenizar a todos pelo trabalho de vocês, é um debate muito importante e dá pra ver que tudo foi feito com muito carinho. Minha pergunta é que eu participo de pesquisas em análise de dados e segurança e é algo que eu tenho tentado aprender mais. Participando do Programa Youth eu tenho conhecido pessoas de outras realidades, de outros estados mesmo, com outras vivências e é algo que eu vejo que só quem vive aquela realidade sabe e é algo que falta para nós reconhecermos as situações de outros lugares. A desinformação acaba deixando as pessoas invisíveis com a falta de informação, mas uma coisa que eu também vejo acontecendo é que o excesso de informação, como no caso do super monitoramento que acontece em certos lugares pode ser uma problemática. Uma coisa que eu fico me questionando e eu quero saber de**

**vocês como pode ser encontrado um equilíbrio, de permitir que essas situações sejam vistas, mas que isso não vulnerabilize as pessoas que estão nesses locais.**

Marcos Wesley - “Kate, essa questão do equilíbrio, da segurança é muito importante. A gente se questiona se até que ponto noticiar tudo que está acontecendo seja a solução. Em 2020, houve uma invasão no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém em que a forma com que os veículos noticiaram trouxe um teor que colocou em risco a vida das lideranças que estavam ali naquele momento. Então a gente passa a analisar até que ponto a gente pode ir, até que ponto a gente visibilizar aquela situação sem expor tanto as nossas lideranças e a nós mesmos”.

**Pergunta 6, Lucas, mestrando da UFRN - Minha questão é sobre a relação dos meios tradicionais com as novas mídias. Eles estão correndo atrás do prejuízo, caiu a ficha quando eles vêm a internet crescendo, ou se pelo contrário, se isso cria um antagonismo na região e eles buscam reforçar os discursos aliados às elites locais. Conforme a internet cresce essa relação vem sendo de parceria ou de concorrência.**

Marcos Wesley - “Lucas, eu percebo muito essa relação de correr atrás do prejuízo quando eu percebo que hoje, o Tapajós de fato não é o único veículo de comunicação alternativa em Santarém, como nós somos procurados. Mas a nossa grande diferença está em sermos um veículo independente e alternativo.”

Lori Regattieri - “Alguém trouxe a questão dos blogs no início. Na época, lá atrás, nos anos 2000, eu participei do mapeamento de blogs do Itaú Cultural. Foi muito legal estar aqui no evento e pensar no quão nocivo é quando você tem sistemas de larga escala, como é o caso da internet, e começamos a ver como a simetria impacta a maneira como a exposição das pessoas às tecnologias de comunicação e cultura ela tem impactos situados. O que isso quer dizer é que são impactos localizados, para cada região é diferente. O que precisamos para ontem é mudar desde a abordagem dos territórios, localizados nessas intersecções de pontos de vista, o quanto sofrem pessoas LGBTQIAP+, pessoas negras, os povos quilombolas. Estamos indo rumo à COP27, no Egito, com questões gravíssimas de exposição de pessoas no Brasil de informação. Porque o nosso sistema de comunicação no Brasil, qualquer debate sobre a reforma de comunicação é totalmente censurado por conta de interesses econômicos, então ficamos nessa simetria. A simetria da mídia tradicional se derrama no nosso ecossistema online. E

é um problema grave porque você tem grupos sociais pouco expostos às diferenças. Então o que poderíamos fazer hoje de fato é rediscutir as questões do sistema de comunicação como um todo, aproveitar esse barco e repensar a maneira com que a internet está se consolidando”.

**Pergunta 7, Renato, delegação Youth, estudante de Jornalismo - Minha pergunta é a respeito dos desertos de notícias que a Jéssica mostrou. Eu até anotei aqui, que de 450 municípios, 284 não tem veículos jornalísticos. Vocês acham que o fato de a região Norte ter poucos veículos de imprensa é proposital? Há uma intenção por trás disso? Ou se trata apenas de ter um descaso com a região, de não promover o acesso à informação que é um direito básico?**

Jéssica Botelho - Eu vou responder rapidinho a pergunta do Renato, que é sobre deserto de notícias. Renato, eu já me encontrei com você ao longo desses dias de Fórum e eu também já fui Youth e é por isso que estou aqui. Eu quero aproveitar e fazer essa provocação. Esse é o único painel do FIB deste ano sobre uma temática regional. Eu sempre, desde que participei do Programa Youth em 2016, eu sempre bato na tecla de que enquanto não tivermos diversidade regional dentro da Governança da Internet não teremos uma mesa como essa aqui. Que cada vez mais a Região Norte esteja presente. São contextos muito específicos da região. Sobre o deserto de notícias, é importante lembrar que o Atlas da Notícia tem parâmetros para especificar o que é jornalismo e o que não é. Alguns fatores implicam para que um município seja um deserto de notícias, como a concentração de formação profissional nas universidades, que normalmente se concentra nas capitais, abrir um negócio de jornalismo exige dinheiro, recursos, estrutura. Fazemos uma relação em que vemos que as cidades que são desertos de notícia eles tem baixo IDH. Os principais fatores são a formação dos profissionais e financiamento, não é possível ter jornalismo sem financiamento.

**Pergunta 8, Jesaías (Não informou sobrenome e nem organização) - Eu acho que ao falarmos de desinformação a gente tem que colocar mais coisas nesse debate, mais itens e ingredientes, a gente fala de 450 municípios que as informações já foram passadas do que a gente não tem e se pensarmos em conectividade também não temos. As reservas dos waimiri-atroari tem exploração de garimpo com 20 pontos de garimpo. Se formos falar de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, são 760 km com 4 municípios, onde temos umas cinco madeiras com áreas de exploração enormes, com muitos donos que defendem o meio ambiente publicamente, mas por trás exploram a floresta. Minha dúvida é como conseguimos trazer aos olhos de todos, como envolver o governo, a sociedade civil para que as pessoas tenham consciência da realidade. Porque quando eu digo que a Região Norte é outro país, é uma realidade. É muito fácil você falar de um grande centro sobre a região. Essa**

**falta de informação, como eu combato essa desinformação? Temos que trazer toda tecnologia possível para realizar a inclusão dessa região?**

Mayra Wapichana - Eu achei interessante a pergunta do Jezaías de Manaus, a realidade que ele traz é um ponto. No caso do Amazonas e Roraima, além das questões entre aspas polêmicas a respeito dos Waimiri Atroari, e Roraima no caso do garimpo, nós temos uma mídia tradicional que faz um desserviço de propagar (essa desinformação). Por exemplo, o mercúrio que está atingindo os nossos rios? Será que somente na terra indígena Yanomami está sendo poluído? Será que daqui a pouco quando as pessoas contaminadas encherem os hospitais, teremos que chegar a esse ponto para que a sociedade percebam que o mercúrio mata e que o garimpo mata. Infelizmente as alternativas de comunicação que nós temos são escassas, mas passam pelo que a Jéssica falou sobre o financiamento e a valorização dos profissionais. Quem mais do que nós que estamos na nossa casa, na nossa região, para dizer aquilo que está acontecendo, para transmitir ao mundo a nossa realidade. Acho que hoje essa ideia de que profissionais de outros lugares, de outros espaços, venham escrever a nossa história passa pela questão da segurança, por conta das ameaças que os jornalistas sofrem na região, são mortos, porque trazem à tona essas realidades. A nossa profissão (jornalismo) é essencial para a sociedade, é uma profissão que está para contrapor os pontos que elencamos aqui, como garimpo, questões territoriais, mas sobretudo a vida das pessoas que estão em risco”.